

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE
CONVERGÊNCIA: DESCOMPASSO***Jacqueline Gomes de Aguiar¹***RESUMO**

O presente artigo propõe realizar algumas reflexões acerca de como as tecnologias digitais e midiáticas de comunicação são focalizadas no Plano Nacional de Educação (PNE) decênio 2014-2024. Considerando uma matriz comunicativa contemporânea, que compreende processos como a convergência, a conexão e a propagabilidade, configurados usualmente como característicos às sociedades pós-modernas, busca-se analisar se as metas propostas no PNE, para os alunos, professores e comunidade escolar como um todo, contemplam as necessárias discussões atuais sobre o uso de tecnologias digitais. É importante ressaltar que o PNE, lei nº13.005 sancionada em 25 de junho de 2014, com vigência de dez anos, dispõe tanto no que tange à busca de metas qualificatórias para a educação, em toda a abrangência que essas proposições carregam, quanto à destinação e implementação da ordem do financiamento à educação.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Tecnologias digitais, Comunicação, Cultura da Convergência. Pós-modernidade e Educação

INTRODUÇÃO

Zygmund Bauman, assim como tantos outros autores, tem pensado e estabelecido reflexão sobre as sociedades contemporâneas. “Modernidade líquida” é a metáfora que o autor utiliza para descrever este tempo, em que formas de ser e estar no mundo, diversas daquelas instauradas pelo projeto modernista, têm sido experimentadas. Uma outra racionalidade está sendo posta em circulação: novos projetos; outras relações com

¹ Professora Mestra em Educação. Doutoranda em educação. Assessora Pedagógica de Inclusão Digital na SMEd porto Alegre. E-mail: jacqueaguiar@gmail.com

o trabalho; relações econômicas e de consumo, divergentes; importantes avanços tecnológicos e midiáticos que acabam por definir outras formas de sociabilidade e participação; além de tantas peculiaridades deste tempo, passíveis de observação.

Um tempo onde não há padrões estabelecidos, onde há um deslizamento, um derretimento das metanarrativas que outrora ordenaram o mundo moderno, e que acaba por conformar identidades também diversas e contingentes a esse tempo e a esse espaço. Pode-se então dizer que as identidades pós-modernas são fabricadas em um processo que envolve construir-se e reconstruir-se continuamente. Nada é fixo, tudo é cambiante, mutável, exigindo um ininterrupto e veloz poder de mudança e adaptabilidade.

O desenvolvimento tecnológico, que apresenta cada vez mais artefatos que colocam em evidência novos processos e possibilidades de comunicação mediada, nos conduz à percepção de que cada vez mais está evidente que estamos vivendo novos tempos, tempos de convergência comunicativa oportunizada por novos meios de interação pessoal. Na contemporaneidade, os sujeitos estão cada vez mais conectados. E essa possibilidade de interação e comunicação mediada por artefatos tecnológicos tem colaborado para a construção de subjetividades cada vez mais calcadas nas trocas, nas participações, na colaboratividade compartilhada, em rede.

Essa convergência comunicativa, midiática e cognitiva tem permeado a vida dos seres da modernidade líquida, exigindo e oportunizando outras formas de estabelecerem processos de sociabilidade. Jenkins (2009) tem considerado o termo “cultura da convergência” para falar deste tempo. O autor nos propõe reflexões mais aprofundadas sobre o tema, ampliando e deslocando a imagem de que a convergência estaria ligada apenas aos avanços tecnológicos materiais, ou seja, computadores multifuncionais, celulares que agregam diversas funções, videogames com conexão à rede, televisão navegando na internet, entre outros exemplos. Enfim, o autor propõe que nos afastemos da rasa visão de pensar em convergência como um processo material, apenas da ordem dos equipamentos. Sugere e considera mudanças muito mais profundas atreladas ao tema.

Para Jenkins (ibid), o centro da questão, a maior mudança vivenciada na dita modernidade líquida seja, talvez, o consumo individualizado ou personalizado em rede, o que acaba por oportunizar novas formas de colaboração e participação. Aliás, mais do que oportunizar a percepção crítica, ou a criação de conteúdos individualmente através da rede, na cultura da convergência, o mais significativo é o consumo partilhado e a

atribuição de poder às comunidades de conhecimento. Os leitores/produtores/consumidores deste tempo saem da posição periférica imposta por uma cultura comercial e assumem o centro da discussão de como essas novas práticas se dão. Na contemporaneidade, os sujeitos consomem produtos culturais, participam de sua disseminação, produzem, a partir deles, em uma dinâmica sem hierarquia de fluxo ou direção de investimentos corporativos. Na era da convergência, todos trabalham, colaboram na troca de informações, produções, disseminações, e isso, muito, senão quase em sua totalidade, se dá através da rede mundial de computadores.

Dentro desta perspectiva é ainda importante considerar que a negociação de sentidos, de valores, de práticas, de costumes que acabam por definir a vida na contemporaneidade cada vez mais tem perpassado pelo consumo. A vida em sociedade, as inter-relações pessoais, o estabelecimento de símbolos de pertencimento e de valor social bem como o exercício de uma dita cidadania e de demais aspectos que definem essa prática social acabam por congrega, convergir forças que atuam na formação de novas identidades, ordenadas pelos processos de consumo (Bauman, 2008), material e principalmente cognitivo. Ler, assistir a um produto audiovisual, ouvir uma música, assistir a programas de televisão, navegar em sites, blogs, conviver nas redes sociais são, assim, atos de consumo cotidiano, capazes de definir modos de viver, pensar e agir neste tempo de autoria e participação em rede, através das comunidades de pertencimento social, especialmente para os sujeitos compreendidos na condição de juventude.

Temos, assim, uma sociedade que pensa diferente, que se comunica de formas diferentes e fundamentalmente que convive de maneira diferente. O convívio individual partilhado nas comunidades ganha vital importância na constituição das identidades, dos significados compartilhados deste tempo.

São esses os novos sujeitos que circulam na escola. São esses os atores dos processos de ensino e aprendizagem. E caberá à escola a construção de caminhos que possam acolher e promover esses sujeitos, de forma a implementar a autonomia de cada indivíduo em suas relações com o conhecimento, tal como ocorre na sociabilidade e nas inter-relações deste tempo.

OS ATORES SOCIAIS PÓS-MODERNOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA

Com o objetivo de conhecer e aprofundar o olhar para as práticas de vida dos atores sociais da pós-modernidade, especialmente daqueles compreendidos em uma condição de juventude, está sendo realizada uma pesquisa sobre identidades juvenis da pós-modernidade, que busca colocar em foco as práticas de sociabilidade, de uso de recursos tecno-midiáticos, de consumo e produção cultural pelos sujeitos contemporâneos. Inscrito no campo dos Estudos culturais, o estudo propõe pensar sobre as juventudes contemporâneas e seus modos de ser e estar no mundo. Ou melhor, pensar por quais caminhos, afinal, as juventudes contemporâneas têm caminhado, como formam suas identidades, constroem subjetividades e produzem, são autores, nestes tempos de convergência tecno-midiática e, essencialmente, de produção de conteúdos e participação.

Em um movimento de escolha empírica e tomando por ponto de partida, a já instituída e reconhecida obra de J.K. Rowling - Harry Potter, como símbolo de uma obra cultural de massa e que promove a identificação e serve de elemento disparador de processos de produção, apropriação e re-apropriação entre o público jovem, foram pesquisadas publicações recentes de jornais, sites, redes sociais, etc, tentando identificar uma saga que estivesse mobilizando, neste tempo e neste contexto, comunidades de convivência on-line ou os denominados *fandons online*, chegando-se, assim, a uma obra literária inscrita dentro da denominada linha editorial *Young Adult*, Jogos Vorazes de Suzanne Collins(2010, 2011, 2012).

Tendo por escolha metodológica a realização de uma netnografia ou uma etnografia em meio *online*, buscou-se estrutura processual e metodológica em Kozinets (2014). Este autor sugere que há significativas diferenças na conduta em uma pesquisa cultural que se faça em modo *offline* ou face a face, e em um espaço/artefato *online*. Em uma pesquisa que tenha por objetivo o estudo de fenômenos culturais que se concretizem em ambientes de interação *online*, como é o caso das articulações ocorridas em *fandons*, é adequado pensar a netnografia como metodologia. Ações como a participação, a observação, a acessibilidade, a extensão potencial da inclusão nestes espaços, colocam para o pesquisador uma outra postura de pesquisa a ser definida. É preciso aderir a outros modos de perceber como as pessoas a serem pesquisadas estão conectadas à rede (internet) a fim de buscar, neste caso, pertencimento, senso de comunidade e poder de observação participativa.

Um *fandom online* acaba por agregar diversos canais de comunicação. Os membros circulam por grupos em redes sociais, em *timelines* do *Twitter*, em redes

sociais de fãs, em repositórios de todos os tipos de *fanarts* produzidas, em grupos de *Whatsapp*, em canais do *Youtube* e em toda a sorte de meios de propagação de conteúdos referentes a seus gostos partilhados. A autoria se dá por meio de tais canais; os processos de participação em rede acabam por marcar o peculiar modo de sociabilidade destes atores definindo também valores, crenças, condutas, cada vez mais participativas e compartilhadas. Aqui os sujeitos convivem, aprendem, ensinam, colaboram entre si produzindo processos de apropriação de saberes e disseminação de conhecimentos através da rede estabelecida entre os pares.

Pensar os indivíduos, suas constituições a partir das interações na comunidade, pensar suas estratégias de consumo participativo, alinhadas com as práticas contemporâneas, com a “hora dos amadores” (Sibilia, 2012) oportunizada pela web 2.0, com todos os aspectos embarcados na ascensão da cultura da convergência e da cultura da conexão, compreendendo a noção de propagabilidade desses conteúdos criados citada por Jenkins (2014) tem sido o principal constructo do estudo em curso.

Considerar e aprofundar o conhecimento acerca das práticas de convivência e sociabilidade na pós-modernidade por estes atores que são os mesmos que frequentam a instituição escolar, para a qual se pensa um PNE – Plano nacional de Educação - deve ser uma prática fundamental. Compreender como pensam, como agem, o que utilizam, como são produtores de conhecimento nesta cultura participativa do mundo pós-moderno, colabora para que se tente aproximar a legislação a uma aplicabilidade positiva.

A ESCOLA NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Da mesma forma, portanto, que essas modificações de conjunturas sociais, econômicas e culturais conformam, constroem novos sujeitos e novas formas de se comunicar, de viver, de aprender e ensinar, de estar neste mundo, também é possível pensar em novas configurações necessárias para a instituição escolar. Assim, pensar a escola em nosso tempo não é apenas uma ação importante, mas que se faz imprescindível, tendo em vista, especialmente, as inúmeras discussões conduzidas acerca da sua inoperacionalidade, bem como da sua defasagem frente aos avanços das tecnologias digitais que impregnam as sociedades contemporâneas. O Plano Nacional

de Educação – PNE – configura-se dessa forma, como um instrumento pelo qual se busca regulamentar práticas em um universo escolar, que sejam capazes de alinhar vivências escolares mais eficazes e significativas para um tempo, para uma conjuntura sociocultural.

Sibilia (2012) apresenta o argumento de que a escola é uma tecnologia. Uma tecnologia que conforma sujeitos de acordo com a racionalidade, com os regimes de verdade que circulam em uma dada época, em um dado tempo. Assim, pensar acerca dos processos que envolvem a escola é pensar na formação de identidades de um tempo, é pensar em como se formam os sujeitos, quais serão os diferentes modos de ser e estar neste determinado mundo. Quais valores serão postos em circulação, quais referenciais de sentido serão compartilhados no tecido social vigente.

No Brasil, o primeiro movimento com a denominação e o propósito de instituir um Plano Nacional de Educação, que dispôs metas, objetivos e parâmetros para a educação, se deu entre o decênio de 2001 e 2011. Foram elencados como principais metas daquele PNE:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais, em conselhos escolares ou equivalentes.

O senso comum construído acerca do PNE 2001-2011 diz que o mesmo ficou muito longe de cumprir o seu papel. Também se afirma que isso se deu pela falta de uma política econômica de investimentos públicos que oportunizassem e garantissem a implementação das metas estabelecidas para o período. Esse parece ter sido o principal limitador para grande parte dos municípios na aplicação concreta do plano.

O segundo movimento reconhecido como PNE no Brasil teve início pela articulação do Fórum Nacional de Educação que conduziu a CONAE – Conferência

Nacional de Educação, realizada entre os anos de 2013, com as etapas regionais, e em 2014 com a etapa nacional. A instituição desses espaços de discussão oportunizou que um texto referência final, congregando todas as emendas discutidas nestas instâncias de participação, fosse contribuinte para o texto final do PNE elaborado para o decênio 2014-2024.

Sancionado pela lei nº13.005, em 25 de junho de 2014, com vigência de dez anos, o plano dispõe tanto ao que se refere à busca de metas qualificatórias para a educação, em toda a abrangência que estas proposições carregam, quanto à destinação e implementação da ordem do financiamento à educação. Através de vinte metas e duzentos e cinquenta e quatro estratégias, o PNE discorre sobre a ampliação e a qualificação do ensino no Brasil, dando especial atenção à formação, à qualificação e à valorização do docente.

METAS, ESTRATÉGIAS E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Realizando uma busca ao termo “Tecnologias” dentro do texto do PNE, é possível encontrar algumas (poucas) referências. A primeira ocorrência referente ao termo aparece na meta 3, estratégias 3.1 e 3.14:

Meta 3: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”

Estratégia 3.1: “

“institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;”

Estratégia 3.14:

“estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.”

Por meio do destaque desses excertos, é possível perceber que houve uma referência superficial ao uso e inserção de tecnologias em processos de qualificação e ressignificação pedagógica dos currículos escolares. Entender a tecnologia como uma dimensão, tal como ciência, trabalho, linguagens, cultura e esporte sugere que a mesma está posicionada em igual lugar às demais. Ou seja, não se evidencia a potencialidade e a centralidade da tecnologia no cotidiano, especialmente do público sobre o qual incidi a meta 3. Também na estratégia 3.14, o entendimento da dimensão tecnologias e seu papel de centralidade percebido nas sociedades contemporâneas não está evidenciado. A referência nessa estratégia é tecnicista no sentido de oportunizar aos alunos um estudo específico, através de cursos nas áreas da ciência e tecnologia. A tecnologia como recurso emergente de comunicação e estabelecimento de inter-relações não é referenciado.

A tecnologia não é aqui entendida como ferramenta pedagógica potente capaz de qualificar e problematizar relações de ensino e aprendizagem por diferentes meios e entre diferentes atores no trabalho de qualquer área do conhecimento. A percepção da conjuntura social e cultural, bem como dos sujeitos que habitam este tempo nos aponta que a tecnologia não deveria ser vista e entendida como algo que está fora do processo educativo, especialmente nas salas de aula.

Outra recorrência sobre uso de tecnologia na escola aparece nas metas 4 e 9, estratégias 4.10 e 9.11 respectivamente. A busca pela universalização do atendimento de estudantes com deficiência, bem como a erradicação do analfabetismo absoluto em 100% e do funcional em até 50% para estudantes acima de 15 anos, é apontada como factível através do fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas. A tecnologia tem aqui um papel central, mas não na ordem das potências qualificatórias como as novas práticas de sociabilidade peculiares aos tempos pós-modernos pudessem sugerir, mas sim trazendo à tona o centro do conceito de tecnologia, ou seja, uma solução especialmente criada para uma demanda específica.

Em outras quatro metas, a tecnologia é citada como dimensão importante dentro das estratégias traçadas para atendimento do proposto. Em todas elas, a tecnologia aparece como recurso necessário para a gerência de ações destinadas ao público compreendido a partir da faixa etária de 15 anos, ou como se apresenta nos estudos de juventude, ao público que vive uma condição de juventude. A tecnologia é, no entanto, apresentada como solução e novamente não como um ferramental pedagógico capaz de promover processos de qualificação e ressignificação currículo-pedagógica. Na meta 10, estratégia 10.6, fica disposto que a tecnologia deve ser vista como forma de

aproximação com o mundo do trabalho, inculcando à escola maior aproximação de seus currículos escolares com as necessidades da vida cotidiana a que o jovem deve ser inserido. Novamente a visão tecnicista superando as possibilidades de enxergar os elos pedagógicos com a matriz comunicativa vigente.

Nas metas 12, 14 e 15, estratégias 12.21, 14.4 e 15.6 respectivamente, são apresentadas questões que tratam da ampliação do número de matriculados no ensino superior, ampliação do acesso gradual de matrículas aos pós-graduações e a garantia de oferta de cursos de licenciatura para que, em um período de um ano de vigência deste PNE, não mais atuem professores sem formação em sua área de conhecimento. As referidas metas são pensadas e acolhem a preocupação com a continuidade e oferta de acesso aos níveis de educação formal para além dos nove anos do ensino fundamental e três anos do ensino médio. As estratégias apontadas dão destaque à necessidade de ampliar a rede de recursos tecnológicos materiais (salas, pontos de acesso, laboratórios etc) para garantir a todos os envolvidos nestas etapas da escolarização o acesso aos recursos tecnológicos materiais. Também a educação a distância é citada como uma modalidade de ampliação das matrículas nestas etapas.

É possível novamente inferir que o PNE trata a tecnologia como um recurso material capaz de colaborar com as estratégias traçadas para atender e dar conta das metas estabelecidas para o período. No entanto, o que parece essencial destacar é que a tecnologia e os recursos midiáticos disponíveis na sociedade contemporânea não recebem a atenção pedagógica que poderiam receber dentro deste plano. Entender que a tecnologia serve para operacionalizar demandas, problemas surgidos, há muito já se sabe. Utilizar o computador para redigir textos, automatizar estudos, utilizar mobiles para comunicação, ampliando a veiculação de informações, tudo isso já é apontado como a materialidade do uso da tecnologia disponível.

Não é, no entanto, inovador pensar o uso das tecnologias dentro da instituição escolar dessa forma. Da ordem dos equipamentos. O que não foi construído e nem sequer tangenciado dentro do PNE foi, justamente, o conceito de convergência comunicativa, o qual nos propõe Jenkins (2009) e que, como indicam estudos recentes, tem atuado como pedagogias que ensinam participativos modos de ser e estar no mundo. A convergência cognitiva de conteúdos distanciada do raso entendimento da ordem dos equipamentos tem sido capaz de promover construções de autoria e pertencimentos sociais que colocam em circulação saberes e formas de atuar no mundo, no trabalho e na sociedade. Levar em conta que estamos vivendo em uma nova matriz

comunicativa não deveria ser esquecido ou dito de outra forma. Deveria ser aproveitado neste movimento que evidencia a busca de processos qualificatórios para educação nacional.

A tecnologia está contemplada no PNE, especialmente nas metas que visam ao público compreendido no intervalo etário endereçado e denominado como juventude. Porém torna-se necessário, imprescindível até, dizer que a abordagem ao seu uso, às formas como são propostas as inserções de artefatos e recursos tecnológicos nos processos e nas ações descritas através das estratégias, não se aproxima ao que os estudos têm apontado sobre as produtividades decorridas da cultura da convergência à qual estamos todos inseridos neste tempo, inclusive a escola e especialmente os sujeitos que frequentam a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar os novos tempos em que estamos vivendo para realizar planos mais alinhados aos anseios dos sujeitos da referida sociedade pós-moderna. Os caminhos pelos quais têm trilhado os sujeitos da modernidade líquida nos apontam que outras formas de ser e estar no mundo têm se configuradas. E muito desse entendimento se credita aos avanços tecnológicos e midiáticos que subvertem as formas de consumo, produção e circulação de conteúdos culturais e sociais, expressões de conhecimento desse tempo. Perceber os movimentos de participação, de compartilhamento de saberes por meio das ditas comunidades de pertencimento e convivência nos espaços on-line tem apontado outras pedagogias, ancoradas no conceito de pedagogias culturais, para este mundo e para este tempo. Hoje se aprende e se ensina, nos movimentos de interação e participação, relativizando posições hierárquicas legitimadas ao longo dos anos para as relações de ensino e aprendizagem, oportunizando a construção de saberes mediados pelos artefatos culturais postos em circulação, a referida cultura da convergência, da conexão e os pressupostos de propagabilidade.

O PNE (2014-2024) aponta muitos desafios a serem superados no período compreendido, na busca de um processo qualificatório para a escola e para a educação nacional. Através das vinte metas e das duzentos e cinquenta e quatro estratégias, tenta

projetar avanços no que diz respeito ao acesso, à permanência e à ampliação dos matriculados, dos tempos de permanência na escola, a redução dos índices de analfabetismo e a formação e valorização dos profissionais atuantes na educação. Também busca equacionar a defasagem de continuidade a todas as etapas da escolaridade formal desde a educação infantil até os estudos de pós-graduação, apoiando algumas das estratégias elencadas para alcançar tais metas, nas tecnologias.

Em um primeiro e desavisado olhar, esse será um aspecto positivo a ser considerado. No entanto, o que se espera avançar é nesse entendimento quanto ao que seja qualificar os processos escolares com o uso das tecnologias dentro dos espaços formais de educação. Superar o entendimento focado na materialidade da inserção de equipamentos apenas nos espaços escolares deve ser a grande meta a ser seguida. Alcançar o entendimento do que seja oportunizar e se valer da cultura da convergência, característica peculiar de nosso tempo e de nosso espaço sócio-cultural, percebendo assim as possibilidades de amparar as necessárias ressignificações curriculares e pedagógicas em outras práticas comunicativas, tais como as evidenciadas dentro do escopo deste conceito, talvez possa ser apontada como a grande estratégia para a educação. Uma educação que amplie o acesso, garanta a permanência e desdobre possibilidades de continuidade a todas as etapas de escolaridade formal de forma qualificada e tornando os tempos escolares em tempos de produtividade dentro da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

CANCLINI, Nestor G. “Ser diferente é desconectar-se? Sobre as culturas juvenis”. In: CANCLINI, Nestor G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.209-224

COLLINS, SUZANNE, Jogos Vorazes. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 2010.

COLLINS, SUZANNE, Em Chamas. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 2011.

COLLINS, SUZANNE, A Esperança. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 2012.

KOZINETS, Robert V. Netnografia – Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre, Penso, 2014.

SIBILIA, Paula: O Show do Eu: A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

SIBILIA, Paula. A escola no mundo hiperconectado: Redes em vez de muros?. Matrizes, São Paulo, v. 2, n. 5, p.195-211, Jun/Jul, 2012. Semestral. Acessado em 05/11/2014.

SIBILIA, Paula. Redes ou Paredes: A escola em tempos de dispersão. Contronto, **Rio de Janeiro**, 2012.

JENKINS, Henry: Cultura da Convergência. São Paulo, Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua: Cultura da Conexão: Criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo, Aleph, 2014.